



3° SIMULADO SENADO FEDERAL

(POLÍCIA LEGISLATIVA) – PRÉ-EDITAL

Simulado Especial

3º Simulado Senado Federal (Polícia Legislativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso do Senado Federal;
- 2 - A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O aluno pode optar por fazer as questões de Inglês **ou** de Espanhol em sua prova;
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-30-08>

01 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	25 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	49 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
02 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	26 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	50 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
03 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	27 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	51 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
04 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	28 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	52 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
05 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	29 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	53 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
06 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	30 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	54 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
07 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	31 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	55 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
08 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	32 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	56 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
09 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	33 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	57 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
10 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	34 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	58 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
11 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	35 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	59 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
12 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	36 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	60 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
13 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	37 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	61 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
14 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	38 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	62 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
15 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	39 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	63 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
16 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	40 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	64 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
17 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	41 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	65 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
18 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	42 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	66 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
19 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	43 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	67 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
20 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	44 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	68 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
21 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	45 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	69 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
22 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	46 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	70 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E
23 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	47 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	
24 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	48 - <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E	

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Livros podem ser uma fonte de renda fenomenal para um país. Porém, não é por meio da cobrança de impostos. As cifras que o governo obterá com a taxaço de obras impressas em curto prazo são muito inferiores à riqueza que o Brasil poderia gerar em longo prazo se essas obras circulassem. É como matar a galinha dos ovos de ouro para fazer uma canja bem magra – em vez de manter o bichinho vivo e bem alimentado para que ele forneça o metal precioso por anos. Países desenvolvidos alicerçam suas economias em conhecimento, e não plantações de soja.

Primeiro, vamos repetir a notícia: Livros são isentos por lei do Pis/Pasep e do Cofins desde 2004. Paulo Guedes, ministro da economia, e companhia querem unificar essas duas contribuições em um novo imposto sobre valor agregado, chamado Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota seria de 12% – e então, tirar a isenção do mercado editorial. A proposta ainda será submetida a votação no Congresso.

“[O aumento de preço] ainda não foi quantificado, até porque o encaminhamento da proposta ao Congresso é muito recente. Mas claro que haverá elevação no preço dos livros, que impacta o mercado editorial como um todo. Além disso, a taxaço pode inviabilizar as atividades de livrarias e distribuidoras”, diz Vitor Tavares, presidente da Câmara Brasileira do Livro, ao portal G1.

Ninguém nega que o País precise de uma reforma tributária, mas usá-la de pretexto para taxar livros é apenas um remendo em uma planilha de Excel – um exemplo de má-gestão. Fechar as contas de um país com dinheiro de editoras que já se viram nos trinta para sobreviver é um ótimo jeito de garantir que o país continue sem fechar suas contas no futuro.

<https://super.abril.com.br/cultura/um-pais-que-taxa-livros-impede-que-o-conhecimento-circule-e-sai-no-prejuizo/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Infere-se do texto que o governo determinou a taxaço de livros e isso aumentará receitas tributárias.

02. Prejudicaria a correção gramatical a substituição da forma “circulassem” (1º parágrafo) por “circulem”.

03. Verifica-se no primeiro parágrafo a presença de uma alegoria.

04. Nas relações semânticas do texto, “o metal precioso” (1º parágrafo) se refere aos livros.

05. O segmento “de ouro” (1º parágrafo) complementa o nome “ovos”.

06. Com o segmento “Países desenvolvidos alicerçam suas economias em conhecimento, e não plantações de soja” (1º parágrafo), o autor critica também a tributação que incide sobre a soja.

07. O vocábulo “países” (1º parágrafo) é acentuado em razão de sua classificação tônica.

08. O vocábulo “Livros” (2º parágrafo) deveria ser grafado com a inicial em letra minúscula.

09. O sujeito da forma verbal “querem” (2º parágrafo) é “ministro da economia”.

10. Nas duas ocorrências do terceiro parágrafo, a partícula “que” possui classificações diferentes.

TEXTO II

A NASA anunciou, na última sexta-feira, que permitirá o envio e a hospedagem de cidadãos para a Estação Espacial Internacional (ISS) por empresas privadas. Essa mudança reverte uma regra antiga que proibia turistas e interesses privados no laboratório de pesquisa em órbita.

As empresas devem escolher os turistas interessados para a viagem sabiamente, pois essa ida à ISS não será nada barata. A NASA estima algo entre US\$ 58 milhões por assento (pessoa), fora a “taxa de hospedagem” de US\$ 35 mil a diária.

Os foguetes e as capsulas de lançamento que serão usadas para o traslado de civis à ISS estão sendo desenvolvidas pela Boeing, responsável pela CST-100 Starliner, e pela SpaceX, de Elon Musk, que ficou encarregado de construir a capsula Crew Dragon.

As duas empresas devem transportar os “astronautas” para a ISS a partir de solo norte-americana e a NASA permitirá duas viagens anuais, com duração máxima de 30 dias. A primeira missão espacial está programada para 2020. “Nós não podemos fazer isso sozinhos. Estamos indo atrás do setor privado norte americano para empurrar a fronteira econômica para o espaço”, disse Bill Gerstenmaier, o executivo da NASA responsável pela exploração espacial. Cada espaçonave pode carregar de cinco a sete pessoas, desde turistas a pesquisadores, ou qualquer outro interessado em conhecer a “mais fascinante estação de pesquisa construída pela humanidade”, afirma Gerstenmaier.

Jeff DeWit, CFO da NASA, diz que abrir as portas da exploração espacial para iniciativa privada dá à agência mais espaço e recursos para se concentrar na meta do governo Trump de retornar à Lua até 2024, um plano que pode até ser alimentado e acelerado pela receita gerada pelos novos serviços comerciais e pelos pagantes.

A SpaceX divulgou, no ano passado, qual será seu primeiro turista em órbita: o bilionário japonês Yusaku Maezawa. Ele comprou todos os assentos disponíveis para a viagem, mas o valor total não foi revelado: a própria SpaceX disse apenas que o primeiro “turista de órbita” já pagou a entrada e que é uma “quantia significativa”.

“Ele está pagando para os cidadãos comuns viajarem para outros planetas. E está pagando muito dinheiro por isso”, disse Musk, reforçando a missão da SpaceX de colonizar o espaço. Objetivo que fica cada vez mais perto com esse primeiro acordo entre a SpaceX, a ISS e a NASA.

<https://super.abril.com.br/cultura/perolas-do-streaming-o-melhor-do-youtube-do-netflix-e-do-telecine-play-em-agosto/>

Considerando os elementos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. A arrecadação do turismo espacial será utilizada para financiar a volta do homem à Lua, que ocorrerá em 2024.

12. No quarto parágrafo, as aspas foram utilizadas para demarcar discurso direto.

13. De acordo com o primeiro parágrafo, apenas empresas públicas tinham autorização para enviar pessoas à Estação Espacial Internacional (ISS) por motivo de turismo.

14. Nas viagens de turismo espacial, a NASA cobrará aproximadamente US\$ 58 milhões por pessoa, valor que não inclui a hospedagem.

15. Infere-se do texto que existe intenção de exploração econômica do espaço.

16. O acento grave em “à ISS” (3º parágrafo) marca a fusão de preposição “a” exigida pelo complemento de “traslado” com artigo feminino de ISS.

17. O deslocamento de “até” em “pode até ser” (5º parágrafo) para imediatamente após “acelerado” manteria a coerência do texto, mas alteraria os sentidos originais.

18. A preposição “para” (1º parágrafo) expressa noção de finalidade.

19. A supressão do vocábulo “nada” (2º parágrafo) prejudicaria os sentidos originais.

20. Sem prejuízo gramatical, o ponto final após “planetas” (último parágrafo) poderia ser substituído por vírgula, desde que houvesse adaptação da inicial maiúscula.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Acerca dos conceitos sobre redes de computadores, julgue as assertivas abaixo.

21. O serviço de comunicação por mensagens denominado Webmail é caracterizado pelo acesso a páginas web, sem a necessidade de programas específicos instalados no computador do usuário.

22. Em correio eletrônico tanto o protocolo HTTP quanto o protocolo SMTP são utilizados para troca de mensagens entre servidores.

Sobre os aplicativos comerciais para produção de textos e planilhas, julgue os próximos itens.

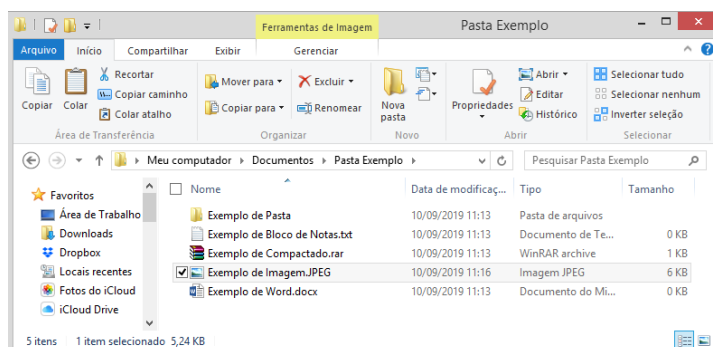
23. No operador de planilhas Excel, versão de instalação padrão Português-BR, o código #DIV/0! normalmente é apresentado quando o usuário utiliza um nome de função que não existe.

24. Durante o preenchimento de uma planilha no Excel, versão de instalação padrão, um usuário digitou na célula A1 a função =E(10>5; 5<10). Após pressionar o comando de enter o resultado obtido será VERDADEIRO.

25. Em produções de textos no aplicativo Word, versão padrão de instalação, é possível inserir automaticamente um sumário no início do documento. As referências das páginas serão aplicadas ao sumário considerando os títulos e subtítulos aplicados ao texto.

26. A partir da versão 2013 do aplicativo de edição de textos Word é possível inserir imagens online diretamente pelo aplicativo em questão, sem a necessidade de operar com ferramentas extras para realizar a busca dessas imagens na internet.

Sobre conceitos básicos, criação e manipulação de pastas (diretórios) e arquivos no Windows, julgue o item a seguir.



27. A imagem anterior foi produzida no sistema operacional Windows 10 a partir de uma pasta localizada na unidade de armazenamento C:. Se um usuário arrastar o arquivo selecionado para o ambiente Área de Trabalho o arquivo será copiado da Pasta Exemplo para esse ambiente final.

28. Considerando as versões recentes do sistema operacional Windows, é correto caracterizá-lo como um sistema operacional multitarefas e multiusuário.

Com relação a navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, impressão de páginas, julgue os itens a seguir.

29. As teclas de atalho são utilizadas para substituir a utilização do mouse, como, por exemplo, nos casos em que o usuário precisa clicar em vários pontos do programa para realizar uma ação. No aplicativo Google Chrome, de navegação na internet, se for pressionado em conjunto os comandos CTRL+ALT+D, a página aberta será adicionada aos favoritos.

30. Para acessar uma página da internet de forma segura, em geral, o usuário deverá verificar se no início da URL do endereço encontra-se o termo de protocolo HTTPS. Assim, é possível identificar se o site possui ferramentas de segurança, como certificados digitais, por exemplo.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

“No mês de junho de 2019, os Estados Unidos notificaram a ONU (Organização das Nações Unidas) de que vão sair do Acordo de Paris, a principal iniciativa global para frear as mudanças climáticas. A notificação marcou o primeiro passo formal de um processo que

levará um ano. Assim, os EUA devem deixar oficialmente o Acordo de Paris em 4 de novembro de 2020, um dia após a eleição presidencial.”

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>)

A escolha do novo presidente será crucial para a permanência dos Estados Unidos no Acordo de Paris ou não, uma vez que o candidato democrata, Joe Biden, já comunicou que, se eleito, manterá os Estados Unidos no tratado.

A respeito desse assunto e seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir:

31. O Acordo de Paris estabeleceu o compromisso de redução das emissões de gases geradores do efeito estufa e de auxílio aos países pobres na gestão dos efeitos de um planeta que já está se aquecendo.

32. A principal consequência da mudança climática é de ordem econômica, uma vez que, para que se mantenha inalterado o clima do planeta, basta diminuir a utilização de recursos naturais, o que representa um entrave ao crescimento econômico em escala global.

“Em maio, foi apresentado no Senado Federal o PL 2.630/2020. Também denominado como Lei das Fake News, o projeto de lei foi proposto pelo Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA – SE) e definido como a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

A votação da proposta estava marcada para o início de junho. No entanto, até então, o projeto não havia recebido um parecer de seu relator, o Senador Angelo Coronel (PSD – BA). Além disso, devido à falta de consenso entre os senadores e as divergências apresentadas pela sociedade, a votação foi adiada até que ocorresse no dia 30 de junho. Através de uma sessão virtual, o texto final do PL foi aprovado com 44 votos favoráveis e 32 votos contrários, seguindo para tramitar na Câmara dos Deputados.”

(Disponível em: <https://www.politize.com.br/>)

Com base fragmento de texto destacado e nos seus conhecimentos a respeito da realidade brasileira na atualidade, julgue os itens a seguir:

33. Embora seja uma prática antiga, o debate sobre fake news ganhou relevância no contexto das eleições presidenciais dos Estados Unidos e no plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), em 2016.

34. No ambiente das *fake news*, tornou-se popular o termo “pós-verdade” que pode ser entendido como um momento no qual as emoções e as crenças pessoais possuem mais importância que os fatos objetivos e reais.

35. A legislação proposta pelo Senado define fake news como “todo àquele conteúdo que vise a desinformação do receptor”, de maneira que abre brecha para a possibilidade de casos de censura.

36. O Projeto de Lei prevê a proibição de conteúdos impulsionados e publicitários identificados como propaganda eleitoral, além de conteúdos que mencionem candidato, coligação ou partido.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Luiz Cláudio / Miguel Gerônimo

37. Dentre os diversos encontros no âmbito do Senado Federal, destaca-se a realização de sessões plenárias, quando devem se reunir a totalidade dos Senadores em um mesmo ambiente para debater, discutir e votar matérias de interesse do País, da sociedade e das unidades da federação. Diante dessa preliminar e fundamentado nas disposições do Regimento Interno da referida Casa legislativa, quando a sessão plenária do Senado Federal coincidir, embora parcialmente, com o período de sessão conjunta do Congresso Nacional, a sessão do Senado não se realizará, tendo prioridade a realização conjunta do Congresso Nacional.

38. De acordo com o que prescreve o art. 2º da Constituição Federal, os Poderes da União são harmônicos e independentes entre si. A despeito dessa disposição constitucional e em conformidade com a

previsão do art. 50 da Carta Magna, os Ministros de Estados podem comparecer ao Senado Federal, inclusive por convocação imposta pelos Senadores. Com base nessa preliminar, a convocação de qualquer Ministro de Estado ao Senado Federal é sempre viabilizada por iniciativa coletiva, a exemplo de proposta de liderança partidária ou dos membros da Mesa.

REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL

Luiz Cláudio

39. Em caso de haver projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que vise regular a mesma matéria, terá prioridade na discussão e votação o projeto da Câmara, por ser essa, em regra, a Casa iniciadora do processo legislativo.

40. Caso o Presidente do Senado Federal se encontre em missão oficial no exterior pelo período de dez dias e, haja necessidade de apreciar veto presidencial a projeto de lei que tramitou em regime de urgência nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara dos Deputados, após ouvir a Mesa do Senado Federal, poderá convocar, em caráter extraordinário, sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação da matéria.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas assertivas, a respeito das incompatibilidades parlamentares, consoante o disposto na CF/88:

41. A proibição de firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público incide a partir do momento da posse no mandato parlamentar.

42. Os deputados e senadores possuem foro especial perante o STF, nos crimes comuns e de responsabilidade.

No que diz respeito ao processo legislativo, julgue o item que segue:

43. Não há iniciativa popular para propostas de emenda à Constituição ou medidas provisórias.

44. A sanção tácita do Presidente da República não é admitida pela Constituição, devendo o projeto de lei aprovado pelo Congresso contar com a expressa anuência do Poder executivo, sob pena de rejeição automática da proposta.

Em relação aos estados de exceção previstos na Carta Maior, julgue a próxima assertiva:

45. Embora a decretação do estado de defesa e do estado de sítio seja da competência privativa do Presidente da República, o Congresso Nacional poderá, a qualquer momento, determinar sua suspensão.

Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item a seguir:

46. Atualmente, a Constituição Federal veda a criação de novos municípios brasileiros.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as disposições previstas na Lei nº 8.429/92, que institui normas sobre improbidade administrativa, analise a próxima assertiva.

47. Pode ser aplicada penalidade de suspensão dos direitos políticos por dez anos para atos de improbidade que causam lesão ao erário, independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, julgue a assertiva a seguir.

48. No inquérito administrativo, após o interrogatório do acusado, a comissão do processo administrativo disciplinar (PAD) realizará a indagação das testemunhas, sendo que seus depoimentos serão prestados oralmente, sendo ilícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Acerca da temática dos processos administrativos, julgue o item a seguir.

49. A intimação, no caso de interessados com domicílio indefinido, deve ser efetuada por meio de publicação na imprensa oficial, sendo que, no caso de desatendimento, restará reconhecida a verdade dos fatos.

Julgue o próximo item, considerando as disposições sobre a responsabilidade civil do Estado.

50. Caso o agente causador de dano a terceiro tenha praticado a conduta com o propósito deliberado de provocar o prejuízo ou se tiver agido com imprudência, negligência ou imperícia, será assegurado ao Estado o direito de regresso.

Em relação aos atos e poderes administrativos, julgue as duas próximas assertivas.

51. Particulares podem praticar atos administrativos caso estejam investidos da função pública.

52. O poder de polícia tanto pode ser discricionário, como ocorre na expedição de uma autorização, ou vinculado, a exemplo da concessão de licenças em geral.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

53. A lei excepcional ou temporária, embora transcorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato cometido durante sua vigência.

54. Imagine a seguinte situação: Tício, marinheiro, desfeve duas facadas em seu colega de farda a bordo do navio da Marinha Brasileira, quando o navio estava em águas sob soberania do Chile. Levando em consideração a situação hipotética, a lei penal brasileira será aplicada em virtude do princípio da extraterritorialidade.

55. O erro sobre a ilicitude do fato, quando inevitável, poderá diminuir a pena.

56. Pedro, estava com Sérgio e mais alguns amigos em uma festa de aniversário. No fim da noite, quando todos estavam se despedindo da aniversariante, Sérgio sem querer tropeça e sua bebida acaba caindo nas vestes de Pedro. Logo em seguida, Sérgio pede desculpas pelo ocorrido, porém, Pedro, no ápice de sua raiva, vai até o estacionamento, abre o porta-luvas do carro e pega sua pistola. Volta à festa e desfeve 03 tiros em Sérgio pelas costas, o qual veio à óbito imediatamente. Desta forma, o crime cometido por PEDRO enquadra-se da hipótese de homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil e com recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido.

57. De acordo com o Código Penal, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, a pena é majorada em 2/3.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

58. O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.

59. O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.

60. Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.

61. A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

62. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Luiz Cláudio / Miguel Gerônimo

63. A Ordem do Dia é a fase da sessão plenária em que as matérias são discutidas e votadas pelos Senadores presentes em Plenário. Para sistematizar as manifestações e deliberações, o Regimento Interno estabelece que a medida provisória, a partir do quadragésimo sexto dia de sua vigência, figura após as matérias consideradas urgentes de iniciativa do Presidente da República, estas com prazo de tramitação esgotado.

64. As Comissões parlamentares são órgãos colegiados do Senado Federal destinados a analisar, estudar, discutir e votar matérias de interesse da sociedade e do Legislativo. Com base nessa informação preliminar, é correto afirmar que confere às comissões permanentes, no âmbito de suas respectivas competências, incluindo a Comissão Diretora, criar subcomissões permanentes

ou temporárias, até o máximo de três, mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

65. Sendo diversos os fatos objeto da investigação, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) dirá, separadamente, sobre cada um deles.

Após ouvir rumores de que Senador João seria preso, líder de representação partidária no Senado suscitou questão de ordem na qual argumentou que a Constituição Federal estabelece que, em caso de prisão de membro do Congresso Nacional em flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão, sem especificar o tipo de votação. Por isso, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal estabelece que será secreta a votação quando o deliberar sobre prisão de Senador e autorização da formação de culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável, após recebidos os autos referentes à prisão do senador João, o Senado deveria deliberar sobre o assunto em sessão secreta e votação secreta. Ao decidir a questão de ordem, o Presidente do Senado a indeferiu. Inconformado, o senador recorreu da decisão ao Plenário.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

66. O presidente do Senado agirá em conformidade com as normas regimentais se indeferir questão de ordem que não se refira a caso concreto relacionado a matéria da ocasião.

67. Qualquer Senador poderá apresentar questão de ordem em qualquer fase de sessão do Senado, mas apenas líder poderá recorrer da decisão da presidência.

68. O Senador se equivocou, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não inclui, entre as hipóteses de votação secreta, a votação em que o Senado tiver de deliberar sobre prisão de Senador e autorização da formação de culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável.

69. O recurso contra questão de ordem deve ser decidido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal quando envolver interpretação da Constituição Federal.

70. O Regimento Interno do Senado veda a realização de sessão secreta para deliberar sobre prisão de Senador.



Estratégia

Concursos

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-30-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>